



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE HUMANIDADES, ARTES E CIÊNCIAS
ESPECIALIZAÇÃO EM GÊNERO E SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO**

DANIELA DE ANDRADE SOUZA

**HOJE A AULA É NA ALA:
GÊNERO E SEXUALIDADE NO CÁRCERE**

Esplanada
Agosto – 2020

DANIELA DE ANDRADE SOUZA

**HOJE A AULA É NA ALA:
GÊNERO E SEXUALIDADE NO CÁRCERE**

Trabalho de conclusão de curso em formato de projeto de intervenção apresentado ao Programa de pós-graduação *latu sensu* em Gênero e Sexualidade na Educação da Superintendência de Educação a Distância – SEAD da Universidade Federal da Bahia, como pré-requisito para obtenção do grau de Especialista em Gênero e Sexualidade na Educação.

Orientador: Prof. Me. Jonatha Vasconcelos Santos.

Esplanada
Agosto – 2020

DANIELA DE ANDRADE SOUZA

**HOJE A AULA É NA ALA:
GÊNERO E SEXUALIDADE NO CÁRCERE**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em Gênero e Sexualidade na Educação, Superintendência de Educação à Distância, da Universidade Federal da Bahia.

Aprovado em 27 de julho de 2020.

Banca examinadora

Jonatha Vasconcelos Santos – Orientador
Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Sergipe
Universidade Federal de Sergipe (professor voluntário)

Ramon Victor Belmonte Fontes
Mestre em Cultura e Sociedade pela Universidade Federal da Bahia
Universidade Federal da Bahia (membro do NuCuS)

Karla Cristhina Soares Sousa
Mestre em Filosofia pela Universidade Federal da Bahia
Instituto Federal da Bahia (professora substituta)

AGRADECIMENTOS

Desculpem-me a falta de síntese neste trabalho.

Falar de questões que são tão pertencentes ao meu íntimo, que se misturam com o meu profissional, é um tanto transbordante. Essa especialização faz parte desses dois eixos meus, que se confundem e me tornam uma.

A possibilidade de me sentir livre para colocar meu corpo tão presente nesse curso fez com que eu me sentisse viva em todas as viagens de 3 horas para ir, 3 horas para voltar, às vezes de ônibus, às vezes com uma carona amiga. Esplanada, tão pequena, virou um lugar afetivo que tem gosto de liberdade.

Este trabalho foi feito assim: com afeto, com corpo, com experiências vividas e trocadas nesse tempo. Terminá-lo foi como um filho: com amor, para o mundo. Mas que sempre será parte de mim.

Obrigada a todas as pessoas que (me) tornaram possível (n)este trabalho.

*Ter dentro de mim o contrário do que eu sou é
em essência imprescindível.*

Clarice Lispector (2013, p. 18)

RESUMO

O presente projeto de intervenção pedagógica é uma proposta de aprendizado-reflexão sobre gênero e sexualidade a partir das pedagogias transgressoras. Utilizando-se do corpo, do afeto, da representatividade e, principalmente, das experiências como instrumentos de aprendizado, a intervenção tem como público-alvo o grupo de pesquisa “Execução Penal”, em sua linha “gênero e sexualidade”, da Universidade Tiradentes, em Aracaju/SE, e como lugar de execução, a ala LGBT do COPEMCAN, penitenciária sergipana. A inquietação que move este projeto diz respeito à dinâmica de pesquisa e aprendizado do grupo, restrita, quase sempre, a reuniões entre seus membros na própria universidade, prática rotineira nas pesquisas da área do direito. São provocadas questões, tais como: sobre o que, sobre quem, para que e para quem se estuda? Qual o retorno social das pesquisas feitas? Há sensibilização ou, ao invés disso, anestesiação nas salas frias da universidade? Dessa forma, parte-se da pesquisa-ação para atingir o objetivo geral da intervenção, subdividido em dois objetivos específicos: o aprofundamento teórico das questões de gênero e sexualidade no cárcere; e, em seguida, a roda de conversa com as pessoas da ala LGBT do Complexo Penitenciário Dr. Manoel Carvalho Neto. Entende-se ao final que, para que exista uma real compreensão e sensibilização sobre as questões sobre gênero e sexualidade, de modo a pensar no papel da academia na diminuição dos abismos sociais, é preciso sair dos muros da universidade e dialogar com a realidade das pessoas que vivem essas complexidades diariamente. Assim, será possível falar em solidariedade e transformação social.

Palavras-chave: Cárcere. Diálogo. Gênero. Pedagogias Transgressoras. Sexualidade.

ABSTRACT

The present pedagogical intervention project is a proposal for learning-reflection on gender and sexuality based on transgressive pedagogies. Using the body, affection, representativeness and, mainly, experiences as learning tools, the intervention has as its target audience the research group “Penal Execution”, in its line “gender and sexuality”, from Tiradentes University, in Aracaju/SE, and as a place of execution, the LGBT aisle of COPEMCAN, a penitentiary in Sergipe. The restlessness that drives this project concerns the group's research and learning dynamics, which is almost always restricted to meetings between its members at the university itself, a routine practice in research in the area of law. Questions are raised, such as: about what, about whom, for what and for whom is it studied? What is the social return of the research done? Is there sensitization or, instead, anesthesia in the university's cold rooms? In this way, action research is started to achieve the general objective of the intervention, subdivided into two specific objectives: the theoretical deepening of gender and sexuality issues in prison; and then the conversation circle with people from the LGBT aisle of the Dr. Manoel Carvalho Neto Penitentiary Complex. In the end, it is understood that, in order to be a real understanding and awareness of gender and sexuality issues, in order to think about the role of academia in reducing social gaps, it is necessary to leave the walls of the university and dialogue with the reality of people who experience these complexities daily. Thus, it will be possible to speak of solidarity and social transformation.

Keywords: Dialogue. Gender. Prison. Sexuality. Transgressive Pedagogies.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 LOCAL DE EXECUÇÃO	10
3 PÚBLICO-ALVO	11
4 JUSTIFICATIVA	12
5 REFERENCIAL TEÓRICO	14
6 OBJETIVOS	18
7 METODOLOGIA	19
8 CRONOGRAMA	21
9 AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS	22
REFERÊNCIAS	29
ANEXO A – OFÍCIO DE SOLICITAÇÃO DA VISITA AO PRESÍDIO	33
ANEXO B – TERMOS DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	34
ANEXO C – LISTA DE PARTICIPANTES DA VISITA	44

1 INTRODUÇÃO

Minha trajetória enquanto pesquisadora da área de gênero e sexualidade teve início na graduação em direito da Universidade Tiradentes, em Aracaju. Lá, tive contato com grupos de pesquisa e fui bolsista em um projeto de iniciação científica sobre o acolhimento de estudantes trans nas faculdades de direito da cidade¹.

Atualmente, sou mestranda e bolsista CAPES em Direitos Humanos da Universidade Tiradentes na linha de pesquisa sobre direitos LGBT e discursos dos tribunais de justiça brasileiros. Coordeno, junto a minha orientadora, um projeto de iniciação científica na mesma área, desenvolvido no grupo de pesquisa Execução Penal, público-alvo da presente intervenção.

O grupo é composto por dez alunos e movido por algumas inquietações. Além dos textos que estudamos e trabalhos que apresentamos nas atividades desenvolvidas, o que mais é feito para transmutar pensamento em ação? Estamos mobilizando nossos conhecimentos em prol do objetivo com o qual pesquisamos – o de pensar a realidade de outra forma –, ou apenas reiterando práticas acadêmicas fechadas em nossas salas?

A última etapa do curso de especialização “Gênero e Sexualidade na Educação” é um projeto de intervenção sobre o referido grupo. Com ele, proponho a desconstrução de determinadas formas de produção de conhecimento, usando para tanto as pedagogias transgressoras dos corpos, afetos, representatividade e experiências². A intenção é provocar o pensamento para além do ambiente acadêmico, com a participação ativa da universidade no encurtamento de abismos sociais.

Fundo-me nas pedagogias transgressoras, cujas ideias se unem por meio do diálogo, a fim de construir novas formas de conhecimento a partir da realidade e, com isso, pensarem no papel de transformação social que a academia tem.

O diálogo, por sua vez, funciona colocando os corpos em contato. É o que ensina bell hooks³ quando convida a pensar sobre o modo como pensamos amor e corpo e o modo que separamos mente de corpo, para chegar à compreensão de que afeto, cuidado, amizade e solidariedade podem proporcionar um “fundamento epistemológico para

¹ Desse projeto nasceu o TransJus, ação de extensão que realiza atendimentos jurídicos e acompanhamento processual para pessoas trans e travestis do estado de Sergipe.

² SOARES, Mayana Rocha; FONTES, Ramon. **Pedagogias transgressoras**. Salvador: UFBA, 2019.

³ HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2017. p. 258.

entendermos como sabemos o que sabemos” – de modo a revigorar as discussões e exercitar a imaginação crítica.

A vivência e a experiência possuem uma íntima ligação com a educação: em sua modalidade informal, fora das salas de aula, a rede do ativismo pela inclusão social propõe um processo educativo político, cultural, econômico, social e ético, sendo, simultaneamente, o meio e o fim para o alcance de um espaço democrático em que cidadanias sejam possíveis.

Colocando a teoria em prática, enfim, o projeto se realiza na ala LGBT do Complexo Penitenciário Dr. Manoel Carvalho Neto (COPEMCAN), localizado no Povoado Timbó, no município de São Cristóvão. A ala é a primeira e a única de Sergipe, fundada em fevereiro de 2019 por determinação da Secretaria de Estado da Justiça e de Defesa ao Consumidor (Sejuc), após a luta e mobilização das organizações LGBT locais junto ao Ministério Público estadual^{4,5}.

O projeto se divide em duas etapas. Na primeira, desde o início das atividades de pesquisa, em julho de 2019, é feita a capacitação do grupo sobre as questões de gênero e sexualidade no cárcere. Na segunda, é a vez da visita à ala LGBT, em forma de roda de conversa, para que se possa dialogar com as pessoas internas e conhecer um pouco da realidade e vivência dessas pessoas no cárcere.

A articulação entre o grupo de pesquisa e a ala LGBT foi estruturada de forma que o diálogo, exigência existencial segundo Paulo Freire⁶, pudesse servir de instrumento para as pedagogias transgressoras. É pelo diálogo que o pensamento crítico é possível, não havendo sem ele comunicação ou educação verdadeira, tampouco transformação do mundo sem reflexão, ação e enunciação.

Este projeto foi edificado, portanto, sobre um desejo profundo de que ele não se resume a uma visita, mas que se amplie, a partir da reflexão, em múltiplas ações, de modo a levar a vida acadêmica para fora da academia. As pedagogias transgressoras trazem uma perspectiva que vão muito além do aprendizado de um determinado campo. Elas subsidiam a construção de pontes, concretizando a solidariedade e a transformação social.

⁴ MP recomenda que estado disponibilize alas distintas para pessoas trans em presídios. **G1 Sergipe**. Aracaju, 31 mai. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2019/05/31/mp-recomenda-que-estado-disponibilize-alas-distintas-para-pessoas-trans-em-presidios.ghtml>. Acesso em: 26 nov. 2019.

⁵ SERGIPE tem apenas um presídio com celas para pessoas LGBT, diz relatório. **G1 Sergipe**. Aracaju, 06 fev. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2020/02/06/sergipe-tem-apenas-um-presidio-com-celas-para-pessoas-lgbt-diz-relatorio.ghtml>. Acesso em: 11 mar. 2020.

⁶ FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 68. ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Paz & Terra, 2019. p. 109.

2 LOCAL DE EXECUÇÃO

A intervenção é realizada no Complexo Penitenciário Dr. Manoel Carvalho Neto (COPEMCAN), localizado no povoado Timbó, no município de São Cristóvão, Sergipe. Dentre as 7 unidades prisionais do estado⁷, é nessa onde se encontra a primeira e única ala LGBT do estado, daí o recorte espacial.

⁷ BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **LGBT nas prisões do Brasil: Diagnóstico dos procedimentos institucionais e experiências de encarceramento**. Brasília, DF: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2020. Disponível em: <https://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2020-2/fevereiro/TratamentopenaldepessoasLGBT.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2020.

3 PÚBLICO-ALVO

O projeto de intervenção se direciona a dez alunos da Universidade Tiradentes, oito graduandos do 5º ao 8º período do curso de direito e dois mestrados/pesquisadores, todos participantes do grupo de pesquisa Execução Penal em sua linha sobre gênero e sexualidade. Sendo parte do grupo de pesquisa enquanto pesquisadora, incluo-me, também, no público-alvo da intervenção.

4 JUSTIFICATIVA

A teoria, segundo bell hooks⁸, “não é intrinsecamente curativa, libertadora e revolucionária. Só cumpre essa função quando lhe pedimos que o faça e dirigimos nossa teorização para esse fim”. Desse modo, a inquietação que justifica este projeto refere-se aos muros da academia, que cercam as reuniões de grupo de pesquisa numa linguagem própria e inacessível ao que diz almejar. Sobre essa dinâmica, Colling⁹ reflete:

[...] como vamos repercutir a nossa produção de conhecimento se entendemos que as pessoas com quem aprendemos são tratadas como “objetos”? Como iremos interferir na realidade se ficamos eternamente nessa pose de que nós sabemos das coisas e os “objetos” não sabem nada? [...] E mais: quantas vezes damos o retorno sobre as nossas pesquisas para aquelas pessoas diretamente envolvidas com ela, que nos ensinaram sobre os temas e que depois são solenemente ignoradas?

Para interferir na realidade com esta intervenção, penso numa estratégia diferente, que inverta a pose acadêmica dotada de todo o saber e considere que esse conhecimento só é possível em diálogo com as pessoas com as quais aprendemos. Utilizo, assim, das concepções aprendidas sobre pedagogias transgressoras, através do corpo, do afeto, representatividade e das experiências¹⁰.

A ideia é que a intervenção não ocorra em uma única visita ao presídio, mas que inaugure uma rotina na vida acadêmica, consistente em estourar a bolha cômoda das salas de aula, onde se fala e escuta entre iguais sobre a diferença, e sair para aprender face a face com a dessemelhança. Nas palavras de Paulo Freire¹¹, “o que os jovens necessitam é precisamente do testemunho da diferença e o direito de discutir a diferença”. Espero, assim, que os participantes experimentem a realidade por vezes comentada em artigos e textos sobre os quais se debruçam e contribuam com as pessoas envolvidas nos seus estudos.

Nesse sentido, o grupo de pesquisa, público-alvo da intervenção, vem, desde o ano passado, realizando atividades além do ambiente acadêmico. Fora pesquisas e encontros científicos, aconteceu um evento com o agente penitenciário e a assistente social do

⁸ HOOKS, 2017, p. 86.

⁹ COLLING, Leandro. Muita produção e pouca influência: o conhecimento sobre diversidade sexual e de gênero e seus impactos no Brasil. *In*: SEFNER, Fernando; CAETANO, Márcio. (org.). **Cenas latino-americanas da diversidade sexual e de gênero: práticas, pedagogias e políticas públicas**. Rio Grande: Editora da FURG, 2015. p. 137.

¹⁰ SOARES; FONTES, 2019.

¹¹ FREIRE, Paulo. **Pedagogia da solidariedade**. 1. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2014. p. 35.

COPEMCAN, responsáveis pela articulação no interior do presídio para que a ala fosse instalada.

Algumas perguntas norteiam a justificativa da intervenção: sobre o que, sobre quem, para que e para quem estudamos? Qual o retorno social das pesquisas que fazemos? Estamos realmente nos sensibilizando ou, ao invés disso, nos anestesiando nas salas frias da universidade? Para atender esses questionamentos, a escuta ativa das vivências das pessoas reais, para além de letras e números, é um instrumento poderoso de conhecimento crítico e aprendido. Quem encontra essas respostas vira agente de mudanças, pois entende o que é possível fazer, enquanto acadêmico, para diminuir a distância entre universidade e realidade. Em termos mais específicos, olhar para os sujeitos que usualmente são objetos de estudo pode revelar de que maneira a universidade consegue promover redes de contato e atuação interdisciplinares, interferindo positivamente na vida de pessoas LGBT no cárcere.

O Projeto TransJus, projeto de extensão da Universidade Tiradentes, é parceiro nessa missão. Ele foi criado por alunos do curso de graduação de direito com o objetivo de oferecer atendimento jurídico e processual gratuito para pessoas trans e travestis em Sergipe. Existente desde 2018, tal projeto, além dos atendimentos, realiza eventos beneficentes, colabora em mutirões de casas de apoio LGBT locais e participa de palestras e encontros promovidos por outros cursos na universidade, como psicologia e medicina. Essa rede em que o projeto se localiza é uma importante aliada para que a presente intervenção se prolifere em outras ações.

Todos os espaços, inclusive os institucionais, como os presídios, são espaços de aprendizagem. Aprendi isso durante o curso. Os módulos a) Gênero e sexualidade na atualidade¹²; b) Pedagogias transgressoras¹³ e c) Sexualidades e políticas de subjetivação no campo das artes¹⁴ serviram de base às intenções constantes do projeto. Eles ajudaram a construir e executar os objetivos geral e específicos a partir das noções sobre gênero e sexualidade, bem como a produzir uma prática político-pedagógica com as ferramentas de uma educação engajada – que transpassa a formalidade do espaço escolar ou, nesse caso, o universitário.

¹² COLLING, Leandro. **Gênero e sexualidade na atualidade**. Salvador: UFBA, 2018.

¹³ SOARES; FONTES, 2019.

¹⁴ THURLER, Djalma. **Sexualidade e políticas de subjetivação no campo das artes**. Salvador: UFBA, 2019.

5 REFERENCIAL TEÓRICO

A prisão, em suas funções implícitas, não se destina a suprimir infrações, mas a utilizá-las como tática geral de sujeições de corpos e subjetividades¹⁵. Nesse sistema, onde se encontram os corpos que fogem à inteligibilidade das normas de gênero, já abjetos na vida em sociedade¹⁶? Dessa derivam outras perguntas. Essas problemáticas são enfrentadas no mundo dos invisíveis? Se sim, de que maneira? É possível mobilizar a academia e produzir conhecimento junto a esses corpos?

Para que se possa entender os limites das normas de gênero que orientam discursos, práticas e instituições, é necessário pensar o gênero enquanto uma categoria analítica de relações sociais, como proposto por Scott¹⁷. Tais normas produzem esquemas de reconhecimento que delimitam o que é um corpo legível socialmente e o que é abjeção – que diz respeito ao excesso, às margens não habitáveis da vida em sociedade¹⁸. Nesse sentido, Butler¹⁹ afirma que o campo do aparecimento, regulado por essas normas, permite que apenas determinados sujeitos – os que possuem a natureza humana universal do discurso clássico dos direitos humanos – figurem como reconhecíveis ou inteligíveis. Alguns são lidos como humanos; outros, não humanos.

A estratégia desse sistema, para a sobrevivência cultural das normas de gênero, termina por expor os não inteligíveis à punição e à precariedade manifestadas sob diversas formas, como o assédio, a violência, a patologização e a criminalização²⁰. Desse modo, a criminalização da população LGBT começa antes de qualquer conduta tipificada no Código Penal: o principal “crime” dessas pessoas é exercer uma sexualidade e/ou um gênero desconforme ao processo de normalização binária e à abstração de identidades que é a cisheteronormatividade.

Esse regime, ao impor a compulsoriedade da heterossexualidade e a cisgeneridade de tal forma que todas as outras expressões não heterossexuais e não cisgênero são questionadas, patologizadas, vulnerabilizadas, destituídas de aparecer no campo das

¹⁵ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: Nascimento da Prisão. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 257.

¹⁶ BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

¹⁷ SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (org.). **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 75.

¹⁸ NIGRO, Cláudia Maria Ceneviva. Vamos falar de gênero! In: JESUS, Dânie Marcelo de; CARBONIERI, Divanize; NIGRO, Cláudia Maria Ceneviva. (orgs.). **Estudos sobre gênero**: identidades, discurso e educação. Campinas: Pontes Editores, 2017. p. 129.

¹⁹ BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa de assembleia. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

²⁰ *Ibid.*

normas de inteligibilidade social, faz incidir sobre os corpos dissidentes uma violência que ultrapassa a mera punição por crimes previstos na lei penal. Pessoas LGBT em situação de cárcere são duplamente categorizadas, uma vez que “além do status de ‘marginais’, esses sujeitos fogem dos padrões heteronormativos impostos pela sociedade, como no caso das travestis, que são condenadas pela sua identidade de gênero”²¹.

Recorrendo ao conceito trabalhado por Samantha Buglione²², que aborda a dupla reprovabilidade das condutas das mulheres que descumprem a norma penal e as normas de gênero, coloco uma lupa sobre o recorte da construção binária das expressões de sexualidade e de gênero, de modo a ressaltar as múltiplas punições que incidem sobre a população LGBT no sistema prisional. Isso expande o alcance da visão no que toca às consequências trazidas pelas normas de gênero.

Note, a vida de uma pessoa apenada que não é heterossexual e/ou cisgênera reflete, de forma mais acentuada, toda a lógica sexista e lgbtfóbica que orienta o mundo de fora. O binarismo rígido das normas de gênero orienta, também, o sistema de justiça criminal e divide os presídios em femininos e masculinos, caracterizando um dos níveis daquilo que Salo de Carvalho²³ chama de culturas heteromoralizadoras e heteronormalizadoras – a violência institucional, ou a lgbtfobia de Estado.

Manifestando-se na criminalização e patologização dos sujeitos não heterossexuais e/ou cisgêneros, num exercício de seleção de vidas a serem interferidas e controladas pelo modelo político de governo²⁴, a violência institucional também acontece quando o Estado desconsidera e desatende as necessidades advindas da diferença – por exemplo, excluindo da agenda de políticas públicas a proteção dos grupos vulneráveis pela orientação sexual e pela identidade de gênero.

Para se ter um vislumbre da situação de forma mais concreta, o quantitativo de pessoas LGBT autodeclaradas que vivem no sistema prisional brasileiro, segundo o relatório final da pesquisa “LGBT nas prisões do Brasil: diagnóstico dos procedimentos institucionais e experiências de encarceramento”²⁵, do Ministério da Mulher, da Família

²¹ JUNIOR, Cícero Pereira Eustaquio; BREGALDA, Marília Meyer; SILVA, Bianca Rodrigues da. Qualidade de vida de detentos(as) da “Primeira Ala LGBT do Brasil”. *Bagoas*, Natal, v. 9, n. 13, p. 253-277, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufm.br/bagoas/article/view/9658/6898>. Acesso em: 18 mar. 2019.

²² BUGLIONE, Samantha. O Dividir da Execução Penal: Olhando Mulheres, Olhando Diferenças. *In*: CARVALHO, Salo de. (coord.). *Crítica à Execução Penal*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007. p. 139-158.

²³ CARVALHO, Salo de. *Criminologia do preconceito: racismo e homofobia nas Ciências Criminais*. São Paulo: Saraiva, 2017. p. 205-206.

²⁴ FOUCAULT *apud* CARVALHO, 2017, p. 206.

²⁵ BRASIL, 2020.

e dos Direitos Humanos, é este: são 1.450 lésbicas, 1.261 gays, 1.415 bissexuais, 455 travestis, 163 mulheres transexuais e 7 homens trans.

A criação de alas LGBT é uma das tentativas para o tratamento dessa problemática. Dentro das unidades prisionais, majoritariamente as masculinas, são destinadas alas específicas para o público LGBT, separando essa população das demais pessoas encarceradas. De acordo com a pesquisa acima referida, de 508 unidades prisionais pesquisadas, apenas 106 possuem uma estrutura específica para presos LGBT, presentes na maioria dos estados, com exceção de Santa Catarina, Rio Grande do Norte, Piauí, Acre, Rondônia, Roraima, Amapá, Tocantins, Amazonas e Rio de Janeiro.

A implementação desses setores à parte dentro das prisões, por um lado, garante um mínimo de sobrevivência e segurança dentro do sistema, como uma espécie de redução de danos. Há de se reconhecer, porém, a situação de precariedade, sucateamento e escassez de recursos para o sistema carcerário no Brasil, bem como o medo das pessoas LGBT em se identificarem como tal, por conta de todas as formas de violência que sair do armário dentro das grades pode acarretar.

Portanto, ainda que beneficiadas por um espaço específico dentro das prisões, em que é possibilitada a expressão da identidade de gênero e sexualidade mais “livremente”, as pessoas LGBT ali experimentam novos dispositivos de controle, próprios da existência das prisões, ainda que em espaços tidos por “não violentos²⁶”:

Não existe a possibilidade de uma pessoa trans estar “segura” nas prisões, enquanto as prisões existirem. Enquanto nós vivermos em uma sociedade que até mesmo considere a possibilidade da existência das prisões, as pessoas transviadas não estarão seguras²⁷.

Todas essas informações, refletidas com auxílio de revisão bibliográfica e documental, são necessárias, mas não bastam para interferir na realidade e iniciar um processo de transformação. Aliado à teoria, o projeto de intervenção, realizado em forma de roda de diálogo e escuta, se propõe a conhecer a realidade das pessoas que ali estão.

Como ensina Paulo Freire, é necessário o diálogo para transformar o mundo. Temos as perguntas: Como a criação das alas mudou a vida no presídio? O que supriu, o que falta? De que modo convivem com os outros internos? O que representa para uma

²⁶ FERREIRA, Guilherme Gomes. **Travestis e prisões: a experiência social e a materialidade do sexo e do gênero sob o lusco-fusco do cárcere.** 2014. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

²⁷ LAMOUNIER, Gabriela. **Gêneros encarcerados: uma análise transviada da política de Alas LGBT no Sistema Prisional de Minas Gerais.** 2018. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

pessoa LGBT ter um espaço dentro do cárcere? Qual é, de fato, a realidade da ala LGBT de Sergipe? Quais as reais demandas e histórias dessas pessoas que estão lá, e não nos textos? Delas, ouviremos as respostas, a fim de entendermos o que a cisgeneridade acadêmica tem a aprender e contribuir com as travestis encarceradas.

Como caminho a ser seguido, o projeto de extensão *Corpos Indóceis e Mentis Livres*, coordenado pela professora Denise Carrascosa, da Universidade Federal da Bahia, mostra o poder transformador do aprendizado desde as margens. Nele, faz-se uso da arte literária em sentido expandido como “instrumento de produção política dentro de um contexto de encarceramento”²⁸ e a possibilidade da “escrita de si”. Essa expressão diz respeito ao processo de aprendizado a partir das próprias vivências nas margens e é mobilizada no projeto através de oficinas com colaboradoras artistas “que compreendam a dimensão humanista do trabalho do projeto e utilizem com as encarceradas uma linguagem artística”²⁹ para que elas possam se dizer.

Essa iniciativa manifesta que é possível aproximar-se do abismo que aparta as experiências sociais, desnudando a forma de produção de conhecimento asséptica, engendrada – que por vezes reduz a realidade complexa das pessoas que estão na ala LGBT –, para levá-las a compartilhar experiências que permitem “ver e sentir o mundo de distintas e limitadas formas”³⁰, ampliando o horizonte dos conflitos. A pluralidade de ângulos permite enxergar o mundo de diferentes perspectivas, construindo-se, neles alicerçados, caminhos para a solidariedade.

²⁸ ISSA, Milena Lordelo. **“O Curso mais real de literatura conta a tua história”**: Uma escrita de si da mulher encarcerada. 2018. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Faculdade de Direito, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018. p. 22.

²⁹ *Ibid.*, p. 23.

³⁰ SOARES; FONTES, 2019, p. 47.

6 OBJETIVOS

6.1 Objetivo geral

Promover a reflexão e sensibilização das questões sobre gênero e sexualidade no cárcere junto aos membros do grupo de pesquisa Execução Penal da Universidade Tiradentes, em Aracaju, Sergipe.

6.2 Objetivos específicos

São dois. Um, revisar a bibliografia atinente aos estudos de gênero, sexualidades, estudos *queer* e trans e capacitar sobre as questões de gênero, sexualidade e cárcere a partir do conhecimento aprofundado. O outro, dialogar sobre as questões de gênero e sexualidade no cárcere com as pessoas que vivem na ala LGBT de Sergipe.

7 METODOLOGIA

Por aliar a teoria à prática, o trabalho se caracteriza como uma pesquisa-ação. Segundo David Tripp³¹, a pesquisa-ação é “uma estratégia para o desenvolvimento de professores e pesquisadores de modo que eles possam utilizar suas pesquisas para aprimorar seu ensino”, e, por consequência, o aprendizado de seus alunos. Neste projeto de intervenção, o que aprendi durante o curso da pós-graduação em gênero e sexualidade na educação alia-se à prática na medida em que aplico esse conhecimento junto ao público-alvo.

O grupo de pesquisa, por sua vez, também sairá do teórico para a prática das complexidades de gênero e sexualidade. Numa pesquisa-ação, a teoria tradicional não é a prioridade, mas é importante recorrer a ela para que situações sejam compreendidas; melhoras eficazes, planejadas e resultados, explicados³². Ainda, uma pesquisa-ação é eminentemente cooperativa e colaborativa, visto que “os efeitos da prática de um indivíduo isolado sobre uma organização jamais se limitam àquele indivíduo³³”, se tratando do modo como as pessoas são envolvidas para participar melhor do processo. Pensando nesse aspecto de comutação, a intervenção se desenvolverá através da roda de conversa, para que os conceitos estudados possam ser aprendidos de forma prática, através da reflexão e sensibilização de uma escuta ativa. Tudo será documentado através das impressões gravadas em áudio.

Quanto à natureza da pesquisa-ação aplicada no projeto de intervenção, Tripp³⁴ leciona que uma pesquisa-ação política visa a “mudança da cultura institucional e/ou de suas limitações”. O grupo, portanto, precisa ser consciente das suas limitações – e das limitações da academia, de uma forma ampla – ao desenvolver uma pesquisa que, mais do que analise, leve em consideração as vozes estudadas. Spivak³⁵, a seu turno, comenta sobre o aprisionamento do Outro a partir de referenciais que são distintos daquela realidade analisada. Para sermos, de fato, agentes de mudança cultural, precisamos contribuir, também, para a emancipação dos grupos minoritários; mais do que falar por e para eles, ouvi-los vocalizar palavras com as próprias gargantas.

³¹ TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005. p. 445.

³² *Ibid.*, p. 450.

³³ TRIPP, 2005, p. 454.

³⁴ *Ibid.*, p. 457.

³⁵ SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

Quanto aos procedimentos, o primeiro objetivo específico se vale de pesquisa bibliográfica. Há levantamento e fichamento de textos, livros, artigos, dissertações e teses sobre gênero e sexualidade e o tratamento das questões no cárcere, além da apresentação dos textos estudados, refletindo as diferenças entre gênero e sexualidade. Essa é uma importante fase da intervenção pois fundamenta teoricamente o projeto, justificando a delimitação de local e público-alvo, e prepara o grupo de pesquisa para a interação com as pessoas da ala LGBT, ensinando-o, por exemplo, a conduzir a roda de conversa. O segundo objetivo específico se dá com o agendamento da visita junto à direção do presídio, solicitado por meio de ofício assinado pelos professores coordenadores do grupo de pesquisa³⁶. Na visita, acontecerá a roda de conversa entre as internas da ala LGBT do COPEMCAN e os participantes do grupo de pesquisa Execução Penal da Universidade Tiradentes. Ante a escuta ativa das histórias das pessoas da ala LGBT, o grupo, então, poderá aliar os conhecimentos adquiridos a nível teórico à prática de reflexão e sensibilização. Eis a aplicação das concepções das pedagogias transgressoras.

Ressalto que as pessoas envolvidas na pesquisa estarão cientes e de acordo com o uso científico das informações colhidas durante a visita. As impressões dos participantes do grupo de pesquisa a respeito da visita à ala LGBT só serão analisadas mediante seu aceite sinalizado em Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)³⁷. Da mesma forma, as fotos e gravações de áudio que documentarem a intervenção serão autorizadas previamente por aqueles que aceitarem o uso da imagem e som para fins de pesquisa.

Os TCLE não serão assinados pelas pessoas da ala LGBT por duas razões. A primeira, é uma forma de preservar as travestis, trans e demais pessoas do presídio, para que não se sintam constrangidas ou expostas a nenhuma situação não prevista pela intervenção. Em segundo lugar, o objetivo do projeto de intervenção é justamente captar as impressões de seu público-alvo, os integrantes do grupo de pesquisa, em termos de aprendizado com as diferenças para além dos textos acadêmicos.

³⁶ Anexo A.

³⁷ Anexo B.

8 CRONOGRAMA

- De 15/12/2019 a 15/01/2020: Elaboração do projeto com levantamento do referencial teórico e articulação para a intervenção no presídio;
- De 01/02/2020 a 14/02/2020: Início da capacitação com aprofundamento teórico, baseado em leitura, fichamento e revisão, através de pesquisa bibliográfica e documental nos *e-books* do curso de especialização, bem como em artigos científicos, livros, dissertações de mestrado, teses de doutorado, pesquisas institucionais e acadêmicas, notícias e legislações, ligados à temática de gênero, sexualidade e cárcere;
- De 17/02/2020 a 21/02/2020: Agendamento da visita ao presídio junto aos diretores e organização dos materiais e da dinâmica da roda de conversa a ser aplicada;
- Em 04/03/2020: Roda de conversa na ala LGBT do COPEMCAN;
- De 05/03/2020 a 31/03/2020: Avaliação dos resultados, elaboração do texto final, revisão e apresentação do projeto.

Atividade	Meses de 2019 e 2020			
	DEZEMBRO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO
Aprofundamento teórico	X			
Plano de redação		X		
Capacitação			X	
Agendamento da visita à ala LGBT			X	
Visita à ala LGBT				X
Avaliação das atividades				X
Redação e revisão do trabalho				X
Apresentação dos resultados				X

9 AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

O projeto de intervenção ocorreu conforme o cronograma estipulado, alcançando os objetivos geral e específicos de acordo com a metodologia escolhida. Os resultados obtidos serão descritos e avaliados de acordo com as etapas do projeto.

Quanto ao primeiro objetivo específico – o de revisar a bibliografia atinente aos estudos de gênero, sexualidades, estudos *queer* e trans e o de capacitar o grupo sobre as questões de gênero, sexualidade e cárcere a partir do conhecimento aprofundado –, ele foi alcançado a partir das reuniões científicas do grupo de pesquisa, ocorridas no final do mês de janeiro e durante o mês de fevereiro.

Em 30 de janeiro foi realizado um cine-debate sobre a reportagem “Entre Grades e Preconceitos”, do Conexão Repórter, e em 13 de fevereiro foram discutidos textos científicos sobre gênero e sexualidade no cárcere. Abaixo, um registro das reuniões:

Fotografia 1 — Reunião científica do Grupo de Pesquisa Execução Penal do dia 30/01



Fonte: A autora (2020)

O segundo objetivo específico – a visita à ala LGBT do COPEMCAN –, foi realizado na manhã do dia 04 de março, das 9h às 12h30. Primeiro, sob a supervisão do professor coordenador, o grupo foi apresentado a seis mulheres trans e travestis da ala LGBT – composta, no total, por quatorze pessoas, entre elas, mulheres trans, travestis, homens cisgênero homossexuais, além dos maridos das internas. O encontro aconteceu numa sala reservada, para melhor desenvolvimento da roda de conversa. Tudo de modo informal, sem roteiros.

Nesse momento, as mulheres trans e travestis compartilharam suas histórias. Contaram sobre a vivência no presídio antes e depois da inauguração da ala, o que a implementação trouxe de melhorias para sua qualidade de vida ali no presídio, dentro do possível. Elas contaram, também, quais demandas ainda não foram atendidas. A roda de conversa trouxe o ponto principal da intervenção: através do diálogo, subverteu-se um imaginário produzido pelos textos científicos, incapazes de dar conta da complexa realidade daquelas pessoas.

O resultado foi alcançado na medida em que as experiências trazidas pelas mulheres trans e travestis encarceradas fizeram o grupo refletir sobre concepções criadas dentro e por causa da academia. Questões como a transferência para unidade prisional feminina, a cirurgia de transgenitalização, até mesmo a retificação de nome e gênero no registro civil, foram discutidas. Algumas das impressões dos integrantes do grupo, registradas em gravação de áudio, ressaltam a importância de escutar ativamente as reais demandas dessas pessoas:

“A gente sempre pensa que o certo é colocá-las no presídio feminino, mas a gente tem que saber o que elas querem [...] A gente vive muito de ler o que tá no texto e acreditar que aquilo é o certo, ‘ela é mulher e tem que colocar no presídio feminino’ e elas não querem, a gente tem que respeitar isso”³⁸.

“Eu acho interessante por a gente romper essa barreira e sair do conforto da universidade e vir aqui e se inteirar de como é realmente, porque pelo papel a gente jamais vai saber como é a realidade”³⁹.

“Embora a gente parta de uma perspectiva crítica e desconsidere funções da prisão, que entenda a prisão como algo bom, a partir dos próprios textos discutidos no grupo, a prática nos mostra o quanto é importante pensar por uma perspectiva de redução de danos. Não ignorar que existem pessoas que estão cumprindo pena, mas como a gente viu no diálogo de todas, todas afirmaram a melhoria nas condições de vida depois da criação da ala”⁴⁰.

A experiência compartilhada com as travestis e trans da ala LGBT funciona enquanto uma pedagogia transgressora. Os conflitos, questionamentos e dúvidas que surgem mediante o encontro com a diferença assentam, juntos, uma trilha por onde seguir⁴¹. As histórias dos corpos T encarcerados, dos sujeitos em dissidência, que também

³⁸ Participante A.

³⁹ Participante B.

⁴⁰ Participante C.

⁴¹ SOARES; FONTES, 2019.

são uma pedagogia transgressora, “são a maior transgressão às normas de controle e opressão”⁴², cabendo ao trabalho pedagógico transgressor “ouvir, ver, sentir e se conectar aos corpos dissidentes, se render”⁴³. Abaixo, registros da roda de conversa, todos consultados e autorizados pelas pessoas envolvidas.

Fotografia 2 — Roda de conversa no presídio com as travestis e mulheres trans da ala LGBT de Sergipe



Fonte: A autora (2020)

Fotografia 3 — Roda de conversa no presídio com as travestis e mulheres trans da ala LGBT de Sergipe



Fonte: A autora (2020)

Após a roda de conversa, o grupo foi guiado pelas próprias internas e pelo agente penitenciário responsável pela visita até o local de trabalho delas. Lá, foi apresentado um

⁴² SOARES; FONTES, 2019, p. 36.

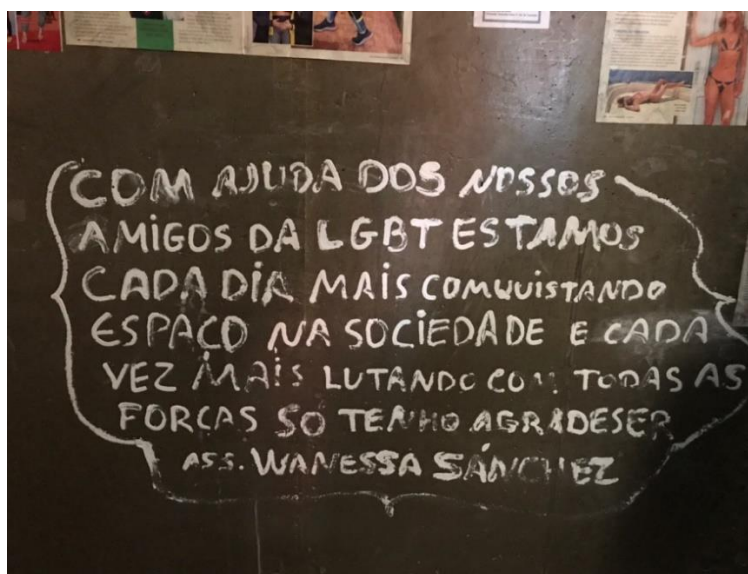
⁴³ Ibid.

pouco da rotina delas numa fábrica de chuveiro. Nesse contexto, uma participante do grupo apontou que

“Uma coisa que me chamou muito a atenção foi em relação ao trabalho. Quando a gente estava no grupo de pesquisa, a gente comparou em relação a Minas Gerais, e lá não tinha o trabalho para as presas que estavam na ala LGBT, e aqui tem. Só que o que me preocupa é que muitas relataram que não trabalhavam antes, por serem mulheres travestis. Então eu fico pensando: e quando saírem daqui? A oportunidade de trabalho está sendo basicamente essa”⁴⁴.

Após a breve passagem no local, nos despedimos de três delas que iriam começar a jornada de trabalho, então fomos até a ala com as demais. Ao chegarmos, o que mais chamou a atenção, além do pequeno espaço que compartilham, composto por três celas, são as manifestações nas paredes. A escuta a partir das próprias vozes das travestis e trans internas aliou-se a um poderoso instrumento de reflexão, possível diante do que estava escrito nos corredores da ala:

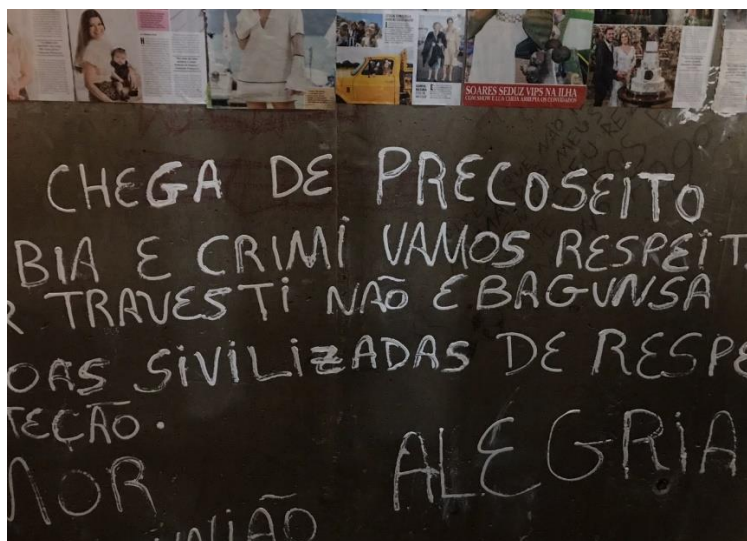
Fotografia 4 — Manifestações nas paredes da ala LGBT



Fonte: A autora (2020)

⁴⁴ Participante D.

Fotografia 5 — Manifestações nas paredes da ala LGBT.



Fonte: A autora (2020)

Esta foi a impressão de um participante do grupo de pesquisa, que destaca as tais manifestações presentes na ala LGBT:

“A parte que eu achei mais importante e que me chamou a atenção foi o aspecto da arte que está presente até mesmo nas celas, nas paredes, elas produzem manufaturas aqui, a arte tá bem presente e a gente vê que não sai mesmo quando a pessoa está reclusa”⁴⁵.

Isso leva a pensar na arte como ativismo, “que opera nas linhas de fissura, na resistência, na dissidência”⁴⁶, cuja função é a de produzir subjetividades para além das normas heterocissexistas que governam corpos. Entender as expressões das paredes da ala LGBT como ação política contribui com a possibilidade de “instaurar novas reflexões, desconstruções e conceitos”⁴⁷ que essas manifestações trazem.

Outro aspecto marcante nas impressões trazidas pelos integrantes do grupo de pesquisa diz respeito ao afeto:

“Quando a gente visualiza as coisas na universidade a gente vê de um modo muito abstrato, e percebe que quando está aqui é muito subjetivo, principalmente na questão do afeto, a ausência de afeto entre as pessoas. Primeiro que tem uma desconstrução, que volta para a parte teórica que a prisão é apenas a retirada da liberdade de ir e vir, e vê que existem alguns direitos, mas também há uma ausência muito grande, como as visitas”⁴⁸.

⁴⁵ Participante B.

⁴⁶ THURLER, 2019, p. 28.

⁴⁷ Ibid., p. 41.

⁴⁸ Participante E.

“Acho que vindo aqui a gente humaniza, desconsidera essa questão de números e letras e sente, toca, abraça”⁴⁹.

Como uma poderosa pedagogia transgressora, o afeto é capaz de desanestesiá-los corpos e mentes e instigar o “circuito afetivo de solidariedade”⁵⁰, para longe da uniformização dos sujeitos. Ao deslocar as posições cristalizadas na pedagogia tradicional de produção de saber e conhecimento, se faz possível a capacidade de coexistir na diferença.

Por fim, a visita rendeu alguns encaminhamentos, justamente para que não se limitasse a somente uma visita sem retorno às pessoas que lá estão. Além de levar os resultados do grupo de pesquisa, bem como do presente projeto de intervenção, foram computadas as principais demandas – grande parte voltada a questões de saúde – para que fosse possível construir pontes e parcerias com estudantes e professores das áreas da medicina e do serviço social. Ainda, está em andamento o contato com grupos LGBT que movimentam o atendimento de demandas internas, sobretudo no tocante a arrecadação de materiais de higiene íntima, preservativos, materiais de limpeza, roupas de cama, toalhas, entre outros.

Fotografia 6 — Internas da ala LGBT, participantes do grupo de pesquisa, o agente penitenciário Wendell Marques (à esq.) e a assistente social Terezinha Cruz (à dir.)



Fonte: A autora (2020)

⁴⁹ Participante F.

⁵⁰ SOARES; FONTES, 2019.

Este projeto de intervenção procurou demonstrar que corpos em dissidência, experiências pessoais e coletivas e manifestações artísticas convidam a sair da frieza das salas de aula e dos textos acadêmicos para o calor dos afetos e abraços, do diálogo compartilhado, para que seja possível “criar vetores de afetos amorosos e de luta”⁵¹. É assim que se constroem pontes e redes de subversão, resistência e solidariedade no mundo.

⁵¹ SOARES; FONTES, 2019.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Resolução Conjunta n. 1, de 15 de abril de 2014**. Brasília, DF: Secretaria de Direitos Humanos, 2014. Disponível em:

<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&data=17/04/2014&pagina=1>. Acesso em: 18 mar. 2019.

BRASIL. **Decreto n. 9.370, de 11 de maio de 2018**. Concede indulto especial e comutação de penas às mulheres presas que menciona, por ocasião do Dia das Mães. Brasília, DF: Presidência da República, 2018. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Decreto/D9370.htm. Acesso em: 18 mar. 2019.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **LGBT nas prisões do Brasil: Diagnóstico dos procedimentos institucionais e experiências de encarceramento**. Brasília, DF: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2020. Disponível em: <https://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2020-2/fevereiro/TratamentopenaldepeessoasLGBT.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2020.

BUGLIONE, Samantha. O Dividir da Execução Penal: Olhando Mulheres, Olhando Diferenças. *In*: CARVALHO, Salo de. (coord.). **Crítica à Execução Penal**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007. p. 139-158.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CARVALHO, Salo de. **Criminologia do preconceito: racismo e homofobia nas Ciências Criminais**. São Paulo: Saraiva, 2017.

COLLING, Leandro. Muita produção e pouca influência: o conhecimento sobre diversidade sexual e de gênero e seus impactos no Brasil. *In*: SEFNER, Fernando; CAETANO, Márcio. (org.). **Cenas latino-americanas da diversidade sexual e de gênero: práticas, pedagogias e políticas públicas**. Rio Grande: Editora da FURG, 2015. p. 123-136.

COLLING, Leandro. **Gênero e sexualidade na atualidade**. Salvador: UFBA, 2018.

FERREIRA, Guilherme Gomes. **Travestis e prisões: a experiência social e a materialidade do sexo e do gênero sob o lusco-fusco do cárcere**. 2014. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão**. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da solidariedade**. 1. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 68. ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Paz & Terra, 2019.

FRÓIS, Frederico de Freitas; VALENTIM, Silvani dos Santos. A Ala LGBT em Presídios Brasileiros: Possibilidades ou Controvérsias? *In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO*, 11.; WOMEN'S WORLDS CONGRESS, 13., 2017, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: UFSC, 2017. Disponível em: http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1500251768_ARQUIVO_FazendoGenero-VersaoNova.pdf. Acesso em: 26 nov. 2019.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2017.

ISSA, Milena Lordelo. **“O Curso mais real de literatura conta a tua história”**: Uma escrita de si da mulher encarcerada. 2018. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Faculdade de Direito, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

JUNIOR, Cicero Pereira Eustaquio; BREGALDA, Marília Meyer; SILVA, Bianca Rodrigues da. Qualidade de vida de detentos(as) da “Primeira Ala LGBT do Brasil”. **Bagoas**, Natal, v. 9, n. 13, p. 253-277, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/9658/6898>. Acesso em: 18 mar. 2019.

LAMOUNIER, Gabriela. **Gêneros encarcerados**: uma análise transviada da política de Alas LGBT no Sistema Prisional de Minas Gerais. 2018. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

LISPECTOR, Clarice. **As palavras**: Nada têm a ver com as sensações, palavras são pedras duras e sensações delicadíssimas, fugazes, extremas. 1. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2013.

MP recomenda que estado disponibilize alas distintas para pessoas trans em presídios. **G1 Sergipe**. Aracaju, 31 mai. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2019/05/31/mp-recomenda-que-estado-disponibilize-alas-distintas-para-pessoas-trans-em-presidios.ghtml>. Acesso em: 26 nov. 2019.

NIGRO, Cláudia Maria Ceneviva. Vamos falar de gênero! *In: JESUS, Dánie Marcelo de; CARBONIERI, Divanize; NIGRO, Cláudia Maria Ceneviva. (orgs.). Estudos sobre gênero: identidades, discurso e educação*. Campinas: Pontes Editores, 2017. p. 121-134.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. *In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (org.). Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 49-82.

SERGIPE tem apenas um presídio com celas para pessoas LGBT, diz relatório. **G1 Sergipe**. Aracaju, 06 fev. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2020/02/06/sergipe-tem-apenas-um-presidio-com-celas-para-pessoas-lgbt-diz-relatorio.ghtml>. Acesso em: 11 mar. 2020.

SESTOKAS, Lúcia. Cárcere e Grupos LGBT: Normativas Nacionais e Internacionais de Garantias de Direitos. **ITTTC**, São Paulo, 1. abr. 2015. Disponível em: <http://ittc.org.br/carcere-e-grupos-lgbt-normativas-nacionais-e-internacionais-de-garantias-de-direitos/>. Acesso em: 18 mar. 2019.

SOARES, Mayana Rocha; FONTES, Ramon. **Pedagogias transgressoras**. Salvador: UFBA, 2019.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005.

THURLER, Djalma. **Sexualidade e políticas de subjetivação no campo das artes**. Salvador: UFBA, 2019.

ANEXO A – OFÍCIO DE SOLICITAÇÃO DA VISITA AO PRESÍDIO

Universidade Tiradentes
Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão - PPgPE
Grupo de Pesquisa Execução Penal (CNPq/Unit)

OFÍCIO 01/2020

Aracaju, fevereiro de 2020

Ao Sr. Diretor do Complexo Penitenciário Dr. Manoel Carvalho Neto

Assunto: Solicitação de permissão de visita à Ala LGBT do Complexo Penitenciário Dr. Manoel Carvalho Neto.

Solicita-se, através do presente, a visita do Grupo de Pesquisa Execução Penal (CNPq/Unit) da Universidade Tiradentes à ala LGBT do Complexo Penitenciário Dr. Manoel Carvalho Neto, às 9h do dia 04 de março de 2020. O intuito é realizar uma roda de conversa com as pessoas internas da ala LGBT como atividade do grupo de pesquisa.

A visita será realizada por um total de 10 (dez) alunos da instituição, acompanhados do coordenador do grupo, o professor Ronaldo Marinho, totalizando 11 (onze) pessoas. Na ocasião, também serão levados materiais de limpeza e higiene pessoal destinados às pessoas internas.

Em anexo, a lista de participantes contendo nome completo e número de identificação (RG).

Atenciosamente,

Profa. Dra. Grasielle Borges Vieira de Carvalho
Coordenadora do Grupo de Pesquisa Execução Penal (CNPq/Unit)

Prof. Dr. Ronaldo Alves Marinho da Silva
Coordenador do Grupo de Pesquisa Execução Penal (CNPq/Unit)

ANEXO B – TERMOS DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado/a para participar, como voluntário/a, da pesquisa a ser realizada na ala LGBT do Complexo Penitenciário Dr. Manoel Carvalho Neto, no dia 04 de março de 2020, como parte do Projeto de Intervenção “Hoje a aula é na Ala: Gênero e sexualidade no cárcere”. O objetivo é levar o grupo de pesquisa Execução Penal da Universidade Tiradentes/SE para conhecer a realidade prisional das pessoas LGBT no cárcere, realizando uma roda de conversa sobre a vivência das pessoas internas na ala. Após ser esclarecido/a sobre as informações da atividade, no caso de aceitar fazer parte do estudo, você deverá assinar ao final deste documento. Em caso de recusa você não será penalizada/o de forma alguma.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Título do Projeto: Hoje a aula é na Ala: Gênero e sexualidade no cárcere
 Pesquisadoras Responsáveis: Daniela de Andrade Souza

Telefone para contato: 79 9 9854-2610

- ♦ A pesquisa objetiva levar o grupo de pesquisa Execução Penal da Universidade Tiradentes/SE para conhecer a realidade prisional das pessoas LGBT no cárcere, realizando uma roda de conversa sobre a vivência das pessoas internas na ala.
- ♦ Em todo o trabalho não será informada ou citada em hipótese alguma, a identidade das participantes assim como da instituição.
- ♦ Os nomes das participantes serão trocados por pseudônimos (X, Y, a, b ou 1, 2).
- ♦ A pesquisa será documentada por fotos das atividades, como as reuniões científicas do grupo de pesquisa e as dinâmicas na visita à ala LGBT, além de gravações em áudio das impressões dos participantes sobre a visita.

Daniela de Andrade Souza
 Nome do/a pesquisador/a

Termo de consentimento

Eu, Ítala Oliveira Souza, concordo em participar do estudo sobre Gênero e Sexualidade no Cárcere. Fui devidamente informado/a e esclarecido/a pelas pesquisadoras sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que a minha identidade e da instituição não serão reveladas em nenhum momento.

Maceió, 04/05/2020

Local e data

Ítala O. Souza

Participante

Termo de consentimento

Eu, João Luciano Marques dos Santos Neto, concordo em participar do estudo sobre Gênero e Sexualidade no Cárcere. Fui devidamente informado/a e esclarecido/a pelas pesquisadoras sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que a minha identidade e da instituição não serão reveladas em nenhum momento.

Muritiba, 01/03/2020

Local e data


Participante

Termo de consentimento

Eu, José Pedro Vasconcelos Esteves, concordo em participar do estudo sobre Gênero e Sexualidade no Cárcere. Fui devidamente informado/a e esclarecido/a pelas pesquisadoras sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que a minha identidade e da instituição não serão reveladas em nenhum momento.

Aracaju/SE 04/03/20

Local e data



Participante

Termo de consentimento

Eu, Pedro Délcio Lima Miranda, concordo em participar do estudo sobre Gênero e Sexualidade no Cárcere. Fui devidamente informado/a e esclarecido/a pelas pesquisadoras sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que a minha identidade e da instituição não serão reveladas em nenhum momento.


Macapá, 04/03/2020 Pedro Délcio L. Miranda
Local e data Participante

Termo de consentimento

Eu, ALBERTO DA SILVA MOUTINHO DOS SANTOS, concordo em participar do estudo sobre Gênero e Sexualidade no Cárcere. Fui devidamente informado/a e esclarecido/a pelas pesquisadoras sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que a minha identidade e da instituição não serão reveladas em nenhum momento.

AGRAÇUÍSE 04/09/20

Local e data


Participante

Termo de consentimento

Eu, Ammanda Costa Gomes, concordo em participar do estudo sobre Gênero e Sexualidade no Cárcere. Fui devidamente informado/a e esclarecido/a pelas pesquisadoras sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que a minha identidade e da instituição não serão reveladas em nenhum momento.

Amadora, 04/05/2020

Local e data

Amadora Costa Gomes

Participante

Termo de consentimento

Eu, Brenda Andrade de Almeida Silva, concordo em participar do estudo sobre Gênero e Sexualidade no Cárcere. Fui devidamente informado/a e esclarecido/a pelas pesquisadoras sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que a minha identidade e da instituição não serão reveladas em nenhum momento.

Macapá, 04/03/2020

Local e data

Brenda Andrade de Almeida Silva

Participante

Termo de consentimento

Eu, FERNANDO ANOMY DE SANTO SIMO, concordo em participar do estudo sobre Gênero e Sexualidade no Cárcere. Fui devidamente informado/a e esclarecido/a pelas pesquisadoras sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que a minha identidade e da instituição não serão reveladas em nenhum momento.

Jurua, 04/03/20
Local e data


Participante

Termo de consentimento

Eu, Henilly Gabriellen Santana Santos, concordo em participar do estudo sobre Gênero e Sexualidade no Cárcere. Fui devidamente informado/a e esclarecido/a pelas pesquisadoras sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que a minha identidade e da instituição não serão reveladas em nenhum momento.

Araçáju/SE 04/03

Local e data

Henilly Gabriellen Santana Santos

Participante

ANEXO C – LISTA DE PARTICIPANTES DA VISITA

1. Daniela de Andrade Souza
RG: 3.427.606-8
2. João Luciano Marques dos Santos Mota
RG: 148.381.152-93
3. Brenda Andrade de Abreu Silva
RG: 16.465.733-90
4. Adalberto Davi Cruz Moitinho Dourado
RG: 3.491.649-6
5. Fernando Amorim dos Santos Sirino
RG: 147.172.403-4
6. João Pedro Vasconcelos Galvão
RG: 143.544.696-0
7. Amanda Costa Gomes
RG: 159.243.556-4
8. Ithala Oliveira Souza
RG: 159.241.723-0
9. Hemilly Gabriellen Santana Santos
RG: 3.630.199-0
10. Pedro Deda Lima Mimoso
RG: 3.199.416-4

